

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Apresentação:** Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (CCVM) do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No exercício de 2021 a CCVM apresentou um lucro

de R\$ 184.333 mil, correspondente a R\$ 24,41 por ação, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 133.462 mil. Em 31 de dezembro de 2021 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 164,76, um aumento de 16,81% em relação ao período anterior. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto na data deste relatório por quatro membros, todos eles

diretores do Banco J.P. Morgan S.A.. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 22 de março de 2022.

São Paulo, 22 de março de 2022  
**A Diretoria**

#### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Dezembro		Passivo	Nota	Dezembro	
		2021	2020			2021	2020
<b>Circulante</b>		<b>1.919.091</b>	<b>2.109.202</b>	<b>Circulante</b>		<b>681.545</b>	<b>1.052.958</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	4	<b>1.411.690</b>	<b>992.023</b>	Negociação e intermediação de valores	8	571.095	950.179
Disponibilidades		673	897	Obrigações fiscais correntes		90.816	78.127
Aplicações interfinanceiras de liquidez		1.411.017	991.126	Outros passivos	9	19.634	24.652
<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>28.190</b>	<b>642.797</b>	<b>Não circulante</b>		<b>14.364</b>	<b>11.477</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	-	616.039	Obrigações fiscais diferidas	10b	658	72
Títulos e valores mobiliários	6	28.190	26.758	Provisões para passivos contingentes e obrigações legais	12	2.505	2.915
<b>Negociação e intermediação de valores</b>	8	<b>477.760</b>	<b>472.766</b>	Outros passivos	9	11.201	8.490
Outros ativos	9	1.154	1.139	<b>Patrimônio líquido</b>	14	<b>1.244.197</b>	<b>1.065.114</b>
<b>Não circulante</b>		<b>21.015</b>	<b>20.347</b>	Capital social		729.750	533.872
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>16.821</b>	<b>15.648</b>	Reservas de capital		2.186	2.186
<b>Ativos fiscais diferidos</b>	10b	<b>12.291</b>	<b>10.668</b>	Reservas de lucros		512.261	529.056
<b>Outros ativos</b>	9	<b>4.530</b>	<b>4.980</b>				
<b>Imobilizado</b>		<b>4.194</b>	<b>4.699</b>				
Imóveis e outras imobilizações de uso	11	7.974	8.011				
(-) Depreciações acumuladas		(3.780)	(3.312)				
<b>Total do ativo</b>		<b>1.940.106</b>	<b>2.129.549</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.940.106</b>	<b>2.129.549</b>

#### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados		Total
		Aumento	de capital	Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária	acumulados		
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>495.622</b>	<b>38.250</b>	<b>561</b>	<b>1.625</b>	<b>53.874</b>	<b>341.720</b>	-	-	<b>931.652</b>
Aumento de capital	14	38.250	(38.250)	-	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	133.462	133.462	133.462
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	133.462	133.462	133.462
Destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	-	6.673	-	(6.673)	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	-	-	(126.789)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>533.872</b>	<b>-</b>	<b>561</b>	<b>1.625</b>	<b>60.547</b>	<b>468.509</b>	-	-	<b>1.065.114</b>
Aumento de capital:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capitalização - reserva estatutária	14	166.128	-	-	-	-	(166.128)	-	-	-
Capitalização - juros sobre capital próprio	14	29.750	-	-	-	-	-	-	29.750	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 4,63 por ação)	14	-	-	-	-	-	-	(35.000)	(35.000)	-
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	184.333	184.333	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	184.333	184.333	-
Destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	-	9.217	-	(9.217)	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	(140.116)	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>729.750</b>	<b>-</b>	<b>561</b>	<b>1.625</b>	<b>69.764</b>	<b>442.497</b>	-	-	<b>1.244.197</b>
<b>Em 30 de junho de 2021</b>		<b>533.872</b>	<b>195.878</b>	<b>561</b>	<b>1.625</b>	<b>65.298</b>	<b>302.381</b>	<b>55.275</b>	<b>1.154.890</b>	
Aumento de capital	14	195.878	(195.878)	-	-	-	-	89.307	89.307	-
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	89.307	89.307	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	89.307	89.307	-
Destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	-	4.466	-	(4.466)	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	(140.116)	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>729.750</b>	<b>-</b>	<b>561</b>	<b>1.625</b>	<b>69.764</b>	<b>442.497</b>	-	-	<b>1.244.197</b>

#### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora" ou "Instituição") é uma controlada direta do Banco J.P. Morgan S.A., constituída na forma de sociedade anônima e com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 - São Paulo/SP. Suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Corretora foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan em 22 de março de 2022.

**2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis individuais da Instituição foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Resolução nº 4.818 do CMN e a Resolução nº 2 do BACEN estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, vigentes a partir de janeiro de 2021. Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Instituição elabora suas demonstrações contábeis e as disponibiliza em seu site (<https://www.jp.morgan.com.br/pl/disclosed>).

#### 3. Principais práticas contábeis

**(a) Apuração do resultado:** É apurado pelo regime de competência.

**(b) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Podem ser realizados os apuro resultantes dos procedimentos de avaliação de apreamento previstos pela Resolução nº 4.277 do CMN. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apreamento adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade.

**(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo:** Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões por perdas ou ajustes ao valor de mercado.

**(d) Imobilizado:** Representado por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplem a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 4.535 do CMN, tem periodicidade anual.

**(e) Passivos circulante e não circulante:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

**(f) Passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária e trabalhista. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perdas sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os processos cujos riscos de perda jurídica e/ou financeira sejam classificados como remoto, não são provisionados nem divulgados. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigações legais são integralmente provisionados. O passivo relacionado às obrigações legais em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.

**(g) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 15% sobre a integralidade da base mais 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada até junho de 2021 à alíquota de 15% e entre julho de 2021 e dezembro de 2021 à alíquota de 20%, seguindo a majoração prevista na Lei nº 14.183/21 (conversão da MP nº 1.034/21). Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2021: (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 15% sobre ajustes temporários.

**(h) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento em até 3 meses.

**(i) Unidade de ações restritas:** Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 - Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a Instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial resultante passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se o valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital da Instituição.

**(j) Dividendos e juros sobre capital próprio:** Considerando o disposto na Resolução CMN nº 4.706, os juros sobre capital próprio e os dividendos pagos devem ser reconhecidos a partir do momento que configurem obrigação presente na data do balanço e, registrados em conta específica no patrimônio líquido.

**4. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento em até 3 meses.

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Disponibilidades	673	897
Aplicações em operações compromissadas - posição bancada	1.411.017	507.390
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	483.736
<b>Total</b>	<b>1.411.690</b>	<b>992.023</b>

**5. Aplicações em depósitos interfinanceiros:** São representadas por aplicações com prazo original de vencimento superior a 3 meses.

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	616.039
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>616.039</b>

#### 6. Títulos e valores mobiliários

**(a) Classificação e composição da carteira**

Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de mercado de 2021	Valor de mercado de 2020
<b>Títulos para negociação</b>			
Vinculados à prestação de garantias	28.208	(18)	28.190
LTN-F	10.343	(18)	10.325
LTN	-	-	9.652
Cotas de fundo de investimento	17.865	-	17.865
<b>Total da carteira de TVM</b>	<b>28.208</b>	<b>(18)</b>	<b>28.190</b>

**(b) Composição por prazos de vencimentos dos papéis**

	Sem vencimento			Total
	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos		
Vinculados a prestação de garantias	17.865	-	10.325	28.190
<b>Total da carteira - dezembro de 2021</b>	<b>17.865</b>	<b>-</b>	<b>10.325</b>	<b>28.190</b>
<b>Total da carteira - dezembro de 2020</b>	<b>17.106</b>	<b>9.652</b>	<b>-</b>	<b>26.758</b>

**7. Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Instituição não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

#### 8. Negociação e intermediação de valores

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registro e liquidação	-	166.649	-	219.231
Devedores/credores - conta liquidação pendentes	477.760	392.727	472.766	727.043
Outras obrigações por negociação e intermediação	-	11.095	-	3.905
<b>Total</b>	<b>477.760</b>	<b>571.095</b>	<b>472.766</b>	<b>950.179</b>

A conta "Caixa de registro e liquidação" representa o total a receber/pagar às Bolsas de Valores, correspondente às operações de compra/venda de ações e outros ativos financeiros por conta de clientes. Em "Devedores/credores - conta liquidação pendentes" estão registrados os valores de clientes incluindo saldos a receber/pagar correspondente a ordens de compra/venda de ações e outros ativos financeiros de clientes. Parte dos saldos disponíveis de clientes é oriundo do custodiante global, JP Morgan Securities PLC, que é uma empresa coligada.

**9. Outros ativos e outros passivos:** Outros ativos estão representados, principalmente, por depósitos em garantia, relacionados a obrigações fiscais e previdenciárias no valor de R\$ 3.868 (dezembro de 2020 - R\$ 4.302), e trabalhistas no valor de R\$ 662 (dezembro de 2020 - R\$ 678). Outros passivos referem-se, principalmente, à provisão para despesas com pessoal no valor de R\$ 29.332 (dezembro de 2020 - R\$ 27.610) e para despesas administrativas no valor de R\$ 1.065 (dezembro de 2020 - R\$ 1.005).

#### 10. Imposto de renda e contribuição social

**a. Obrigações fiscais correntes:** Referem-se à provisão para impostos e contribuições sobre lucros no valor de R\$ 87.510 (dezembro de 2020 - R\$ 74.134) e impostos e contribuições a recolher no valor de R\$ 3.306 (dezembro de 2020 - R\$ 3.993).

**b. Ativos e obrigações fiscais diferidos:** A natureza e a origem do imposto de renda e a contribuição social diferidos são demonstrados como segue:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
<b>Diferenças temporárias</b>	<b>12.291</b>	<b>10.668</b>
Contingências	894	324
Provisão de honorários advocatícios	410	384
Provisão para participação nos lucros	6.296	6.923
Unidade de ações restritas - RSU	4.648	3.003
Outros	43	34
<b>Créditos tributários - ativo</b>	<b>12.291</b>	<b>10.668</b>
<b>Obrigações fiscais diferidas - passivo</b>	<b>658</b>	<b>72</b>

No período foi constituído crédito tributário sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 8.842 (dezembro de 2020 - R\$ 8.454), tendo sido realizado R\$ 7.219 (dezembro de 2020 - R\$ 5.680). Foi constituído passivo fiscal diferido no valor de R\$ 588 (dezembro de 2020 - R\$ 3) e realizado no valor de R\$ 2 (dezembro de 2020 - R\$ 6). A provisão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 12.291 (dezembro de 2020 - R\$ 10.668) é estimada conforme abaixo:

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano
52%	10%	19%	10%	1%	1%	1%	2%	2%	2%

Com base na Resolução CMN nº 4.818 e a Resolução nº 2 do BACEN, os créditos tributários e obrigações fiscais diferidas devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. A Corretora considerou, prospectivamente, os critérios de compensação de ativos e passivos fiscais diferidos estabelecidos pela Resolução nº 4.842 do CMN, que entrou em vigor em janeiro de 2021. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 9.754 (dezembro de 2020 - R\$ 9.828). A Corretora reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 2021 e 2020.

**c. Resultado de imposto de renda e contribuição social:** O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>293.485</b>	<b>222.926</b>
<b>Juros sobre capital próprio</b>	<b>(35.000)</b>	-
<b>Resultado ajustado</b>	<b>258.485</b>	<b>222.926</b>
Encargo de IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(116.318)	(89.170)
Efeito CSLL (5%)	6.255	-
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(14)	(11)
Outros	925	(2



#### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Dezembro de 2021	
	Quantidade de ações	Valor em milhares de Dólares (USD)
<b>Ações em circulação em 01/01/2021</b> .....	<b>9.734</b>	<b>1.168</b>
Ações outorgadas durante o período ( <i>granted</i> ) .....	6.611	921
Ações entregues no período ( <i>vested</i> ) .....	(3.036)	(318)
Transferência/saída de funcionários .....	(8.903)	(1.183)
<b>Ações em circulação em 31/12/2021</b> .....	<b>4.406</b>	<b>588</b>

	Dezembro de 2020	
	Quantidade de ações	Valor em milhares de Dólares (USD)
<b>Ações em circulação em 01/01/2020</b> .....	<b>11.610</b>	<b>1.174</b>
Ações outorgadas durante o período ( <i>granted</i> ) .....	6.206	852
Ações entregues no período ( <i>vested</i> ) .....	(5.416)	(543)
Transferência/saída de funcionários .....	(2.666)	(315)
<b>Ações em circulação em 31/12/2020</b> .....	<b>9.734</b>	<b>1.168</b>

O valor da obrigação de pagamento registrada no passivo em 31 de dezembro de 2021, incluindo encargos sociais, é de R\$ 10.921 (dezembro de 2020 – R\$ 8.464). Em virtude desse programa a despesa registrada é de R\$ 5.075 (dezembro de 2020 – R\$ 3.990), incluindo os encargos sociais.

**16 Transações com partes relacionadas (Grupo J.P. Morgan):** As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, estão representadas abaixo. A Corretora é uma empresa controlada pelo Banco J.P. Morgan S.A., sendo a JPMorgan Chase & CO controladora do Grupo financeiro JP Morgan. As demais entidades são empresas coligadas.

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
<b>Disponibilidades</b> .....	<b>673</b>	<b>897</b>	-	-
Banco J.P. Morgan S.A. ....	673	897	-	-
<b>Aplicações em operações compromissadas</b> .....	<b>1.411.017</b>	<b>507.390</b>	<b>64.084</b>	<b>10.342</b>
Banco J.P. Morgan S.A. ....	1.411.017	507.390	64.084	10.342
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b> .....	-	<b>1.099.775</b>	<b>151</b>	<b>26.777</b>
Banco J.P. Morgan S.A. ....	-	1.099.775	151	26.777
<b>Negociações e intermediações de valores</b> .....	<b>(155.062)</b>	<b>(560.506)</b>	<b>911</b>	<b>1.187</b>
Banco J.P. Morgan S.A. ....	(51.906)	(76.350)	993	1.187
JP Morgan Securities PLC .....	(103.156)	(484.156)	(82)	-

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
<b>Outros valores a receber/(pagar)</b> ....	<b>249</b>	<b>(4.072)</b>	<b>(23.115)</b>	<b>(35.713)</b>
Banco J.P. Morgan S.A. ....	249	(4.072)	(23.115)	(35.713)
<b>Despesas de pessoal</b> .....	<b>(7.734)</b>	<b>(6.291)</b>	<b>(3.011)</b>	<b>(3.157)</b>
JPMorgan Chase & CO. ....	(7.734)	(6.291)	(3.011)	(3.157)

A Corretora verificou que para os períodos apresentados não houve operações com membros da Diretoria e seus relacionados. As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

#### 17. Outras informações

(a) "Outras despesas administrativas" referem-se, principalmente, a despesas de serviços do sistema financeiro no valor de R\$ 23.137 (dezembro de 2020 – R\$ 35.795), despesas com serviços de terceiros no valor de R\$ 5.802 (dezembro de 2020 – R\$ 6.241) e despesas com comunicações no valor de R\$ 2.625 (dezembro de 2020 – R\$ 4.081).

(b) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Corretora não registrou resultados não recorrentes conforme definido pela Resolução nº 2 do BACEN. A definição dos saldos de resultados não recorrentes segue os critérios definidos pela Resolução nº 2 do BACEN, que são: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

#### A DIRETORIA NA DATA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

<b>Azarias de Castro Feitosa Junior</b>	<b>Fabio Jorge Resegue</b>
<b>Daniel Darahem de Souza Coelho</b>	<b>Flávia Rocha Lima de Almeida Prado</b>
<b>Daniel de Moraes e Silva Granja</b>	<b>Jorge Constantino Bernardes dos Santos</b>
<b>Decio Ramos Porchat de Assis</b>	<b>Landulpho Borges da Fonseca Tutzer Profili</b>

#### DIRETOR-PRESIDENTE

**Daniel Darahem de Souza Coelho**

#### DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

**Jorge Constantino Bernardes dos Santos**

#### CONTADOR

**João Augusto Makoto Hira - CRC 1SP307985/O-0**

#### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

**J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.**

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



**pwc** PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 23 de março de 2022.

Washington Luiz Pereira Cavalcanti  
Contador CRC 1SP172940/O-6